



Município Alfandega da Fe ConcursosAD <cmafe.ccp.alfandega@gmail.com>

Envio de documentos

vilares <vilaresevieira@sapo.pt>
Para: cmafe.ccp.alfandega@gmail.com

16 de maio de 2018 às 12:20

Exmo Srs

Venho pelo presente enviar os documentos solicitados,

Para o Ajuste direto-Aquisição de Mobiliário de cozinha e de eletrodomésticos para a habitação social nº15-
Bairro social trás de castelo – do município de Alfandega da Fé.

Atentamente

Vilares & Viera Lda.



Documentos16052018.pdf
10519K



SEGURANÇA SOCIAL

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte **VILARES & VIEIRA, UNIPessoal LDA**

Firma/denominação **VILARES & VIEIRA, UNIPessoal LDA**

Número de Identificação de Segurança Social **20017690135**

Número de Identificação Fiscal **507662237**

Número de Declaração **17036622**

Data de emissão **16-05-2018**

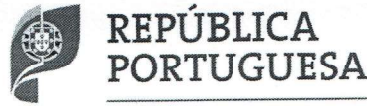
Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatromeses**, a partir da data de emissão.

Assinatura válida

Digitally signed by Instituto de Informática, I.P.
Date: 2018.05.16 10:37:57 +0100

DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA



JUSTIÇA

DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CERTIFICADO DE REGISTO CRIMINAL (CERTIFICATE OF CRIMINAL RECORD)

COMARCA DE BRAGANÇA - ALFÂNDEGA FÉ - JUÍZO PROXIMIDADE

NOME (NAME): MANUEL DOS SANTOS VIEIRA

NATURAL DA FREG. (PLACE OF BIRTH): EUCISIA

CONCELHO DE (TOWN OF BIRTH): ALFÂNDEGA DA FÉ

DATA DE NASCIMENTO (DATE OF BIRTH): 1970/06/03

NACIONALIDADE (NATIONALITY): PORTUGUESA

Nº BI (IDENTITY CARD NUMBER): 09982137

CERTIFICADO REQUERIDO POR (REQUESTED BY):

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (APPLICANT IDENTIFICATION DOCUMENT):

Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (APPLICANT IDENTIFICATION DOCUMENT NUMBER):

FIM A QUE SE DESTINA (REQUEST PURPOSE): CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

NADA CONSTA ACERCA DA PESSOA ACIMA IDENTIFICADA (NO CONVICTIONS)

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO E ACESSO (AUTHENTICATION AND ACCESS CODE) fd29-5a4b-2eb3-8c7ae (1)

DATA DE EMISSÃO (DATE OF ISSUE): 2018/05/16

VÁLIDO ATÉ (VALID UNTIL): 2018/08/16

PAG. (PAGE): 1/1

(1) Nos termos do artigo 15º do Dec-Lei nº 171/2015, de 25/8, este código de acesso permite: 1. A obtenção do certificado em https://registocriminal.justica.gov.pt e a sua utilização por mais do que uma vez, para a finalidade nele indicada; 2. A respetiva cedência pelo requerente a entidade pública para o mesmo efeito; 3. A comprovação da fidedignidade da informação.

ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO APENAS PARA O FIM ACIMA MENCIONADO (THIS CERTIFICATE IS VALID JUST FOR THE ABOVE-MENTIONED PURPOSE)

CERTIDÃO

António João Cristino Simões, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de ALFANDEGA DA FE.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) não tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses, nos termos do artigo 24º, nº4 do CPPT.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 16 de Maio de 2018.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: VILARES VIEIRA LDA

NIF: 507662237

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 507662237

Cód. Validação: GXE1DK5D5928

O Chefe de Finanças,



(António João Cristino Simões)

ANEXO II**Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 – Manuel dos Santos Vieira, cartão Cidadão nº09982137, residente rua do pinhal nº 131, na qualidade de representante legal de Vilares e Vieira Unipessoal Lda, Nif 507662237 Alfandega da Fé, adjudicatário(a) no procedimento de aquisição de mobiliário de cozinha e de eletrodomésticos para a habitação social nº 15- bairro social trás de castelo, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Alfandega da Fé 16 de Maio de 2018

Manuel dos Santos Vieira



- Utilizador:
Sandra Manuela Penarroias Ferna
Perfil:
Entidade Adjudicante
Organização:
Município de Alfândega da Fé
[Logout](#)
- Procedimentos
 - Listagem
 - Listagem Acordos-Quad
 - Pesquisar
 - Criar
 - Contratos
 - Pedidos de Alteração
 - Alertas
 - Informações
 - Perfil
 - Guia Rápido e Vídeos

Tipo de bloco de dados

- Informação Inicial do Contrato
- Relatório de Formação de Contrato

Entidade(s) Adjudicatária(s):

Agrupamento	NIPC	Descrição	País
<input type="checkbox"/>	507662237	Vilares & Vieira, Unipessoal, Lda	Portugal

Detalhe da entidade adjudicatária selecionada

Agrupamento:

NIPC: 507662237

Descrição: Vilares & Vieira, Unipessoal, Lda

País: Portugal

CPV's:

Objeto	Vocabulário Principal	Vocabulário Suplementar	Valor
<input checked="" type="radio"/> Principal	39141000-2 - Mobiliário e equipamento de		2.370

Local de execução das principais prestações objeto do contrato:

País	Distrito	Concelho	Freguesia
Portugal	Braganca	Alfandega da Fé	Freguesia de Alfândega da Fé

Documentos:

Foram expurgados os dados pessoais existente no contrato, de forma a respeitar a legislação sobre dados pessoais em vigor?